

BRASIL E GUIANA EM TEMPOS DE GUERRA FRIA (1966-1991)

Introdução

O renovado interesse do governo brasileiro com países como Guiana e Suriname tem se traduzido em um conjunto de ações bilaterais e multilaterais que visam ampliar as redes de contato do Brasil com seus vizinhos amazônicos, buscam fortalecer a presença brasileira na fronteira norte da América do Sul e, conseqüentemente, vislumbram contribuir para a redução das assimetrias regionais sul-americanas. Portanto, é preciso compreender como as relações entre Brasil e Guiana tem superado o desafio do sentimento de distanciamento mútuo em favor de uma parceria em potencial entre os dois vizinhos.

Este trabalho busca resgatar o comportamento de Brasil e Guiana durante o período de Guerra Fria, cobre desde a independência guianense em 1966 até o fim do conflito bipolar em 1991. Apresenta o contexto que deu origem às relações bilaterais brasileiro-guianenses, discute o envolvimento de ambos na política amazônico-caribenha no período em voga, bem como analisa as transformações operadas no relacionamento bilateral com aquelas ocorridas na sociedade internacional e no sistema sul-americano, com o fim da Guerra Fria. Em especial, voltam-se os olhares para a compreensão das relações internacionais de Brasil e Guiana no ambiente fronteiriço, suas manifestações de “vivacidade” que preenchem a existência de uma vizinhança em comum.

Em suma, ao avaliar o impacto da lógica política da Guerra Fria em reduzir ou ampliar janelas de aproximação ou afastamento entre Brasília e Georgetown, objetiva-se lançar luz sobre o momento atual em que se encontram no processo de integração regional sul-americana.

*

A conformação das relações fronteiriças

Ainda no século 19, o governo colonial britânico, baseado no trabalho de seu explorador Robert Schomburgk, pôs em dúvida a linha divisória de sua então colônia com a Venezuela. Em 1899, o laudo arbitral definiu a fronteira, sendo legalmente estabelecida e demarcada. A inconsolável reação da Venezuela, com essa decisão arbitral, segundo Argemiro Procópio: “ocorreu porque acertos políticos entre a Rússia e a Inglaterra viciaram tal laudo arbitral de 1899, manipulado por Friedrich Fromhold Von Martens. Desde então, a reclamação venezuelana por terras da Guiana, como um vulcão, ora lança cinzas, ora se acalma” (PROCÓPIO 2009, 325).

Em fevereiro de 1966, foi feito um acordo entre os governos da Venezuela e da Grã-Bretanha que reconhecia oficialmente, pela primeira vez, o problema colocado sobre a região do Essequibo. O laudo de Paris de 1899, que favoreceu a Inglaterra, seria considerado passível de revisão, perdendo seu caráter, até então, de intangibilidade diplomática e política. O contencioso venezuelano-guianense se agravou quando a Venezuela proclamou, por decreto presidencial, o domínio sobre as águas do rio Essequibo, por ser senhora daquele território.

O parlamento guianense reagiu considerando nulo tal decreto. O líder da oposição no Congresso, Cheddi Jagan, qualificou o presidente venezuelano, Raúl Leoni, de títere dos EUA e instou o governo a apresentar o caso ao CSNU. Além disso, para Jagan, o país deveria abandonar as negociações da Comissão Mista Venezuela-Guiana, vigente naquele momento, e chegar ao extremo de romper relações com Caracas.

O primeiro-ministro Burham estava politicamente acuado e optou por seguir o discurso exaltado da oposição, admitindo a possibilidade de invasão armada por parte da Venezuela. Burham se questionava: “quem poderá impedir que a mentalidade venezuelana se convença a si mesma que a entrada na região não é uma invasão, senão voltar a tomar o que já lhes pertence?”¹

Na concepção venezuelana, “*el infortunado laudo de 1899*” dava a pretensa posse britânica e guianense sobre a zona do Essequibo, mas que tinha como base o respeito venezuelano aos princípios do direito internacional que levaram a acatar sua autoridade. Entretanto, as constantes disputas e reclamações evidenciaram os vícios do laudo de 1899 e a falta de força do instrumento jurídico. Em síntese, a tese venezuelana abraçou então que a posse resultante do laudo de 1899 foi irregular.²

1 Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado Telegrama, confidencial, n 144, 26-4-1968. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

2 ACMRE, DPI, Brasil, 1969, Diferendo territorial, expediente 2-7, caja 6, tramo 14.

Ao fazer algumas reflexões sobre o Acordo de Genebra de 1966, Anibal Valero, ministro conselheiro da embaixada venezuelana em Londres, opinaria sobre a posição do Brasil, diante das notícias da imprensa, adversas à Venezuela, tendência brasileira a ser entusiasta dos laudos arbitrais. Acreditava que o *Brasil no apoiaria a Venezuela sino en la medida en que esté convencido de la legitimidad y juridicidad de la reclamación venezolana*.

O Embaixador da Guiana, Brasith Wai Yole, disse ao encarregado brasileiro Alfredo Rainho que não notou na Venezuela qualquer intenção de precipitar a solução do litígio, mas admitiu que a situação poderia mudar pelo advento de um “fato novo”.

Mas o que seria esse “fato novo”? Poderia ser tanto uma mudança de orientação política em Caracas, o que era pouco provável, quanto um endurecimento na posição do novo governo guianense, o que acabou acontecendo.

A situação ganhou traços de dramaticidade quando Jagan, como líder da oposição, fez menções a se buscar ajuda para o diferendo fora da esfera de influência ocidental, nos chamados “amigos com foguetes”, numa clara referência à URSS e à China.

Portanto, a internacionalização do problema venezuelano-guianense significava a internalização da Guerra Fria na América do Sul. Todavia, o cortejo de Jagan com o mundo da Guerra Fria não interessava ao Brasil que, gradativamente, buscava ampliar sua margem de manobra internacional na gestão do chanceler Juracy Magalhães.

Forbes Burnham foi eleito primeiro-ministro em 1966, personificando os anseios nacionalistas guianenses. Diante do quadro que se afigurava, o Brasil decidiu se engajar na construção de um ambiente mais seguro na fronteira norte, evitando os riscos de a crise escalonar para o uso da força, na medida em que a Guiana se sentisse preterida em seus anseios ou ameaçada em sua integridade e soberania.

Neste caso, a presença da missão diplomática brasileira em Georgetown, com a instalação da embaixada no final de 1968, era vista como um fator de apaziguamento dos ânimos. Assim, na medida em que Caracas ensaiou um endurecimento na questão do Essequibo, o Brasil assumiu uma postura vigilante às consequências do contencioso venezuelano-guianense.³

A posição brasileira oficial foi constituída nos debates sobre a situação colonial portuguesa no Conselho de Segurança da ONU em 12 de agosto de 1963, quando

3 Embaixada Brasil Georgetown para Secretaria de Estado, Carta-telegrama, confidencial, n 48, 3-1-1969. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

as conclusões da delegação brasileira davam uma indicação da posição do Brasil na matéria: O Brasil está convencido de que a melhor solução para qualquer questão colonial se encontra na evolução pacífica, sobretudo, quando se encara a questão no contexto geral do problema da paz e da segurança internacionais.⁴

Tal posição foi reforçada em 22 de agosto de 1963, quando tomou posse o chanceler Araújo Castro, que reafirmou a “vocação universalista, humanitária e generosa de nossa política externa”. Além disso, no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 17 de setembro de 1963, Araujo Castro exaltou a “liquidação e erradicação do arca simo histórico e sociológico do colonialismo”.⁵

A defesa da autodetermina o e da não intervenção levou o Brasil a defender a causa da descoloniza o como um imperativo internacional do país. Desse modo, era fundamental garantir a sobrevivência da Guiana, como país independente, e afastar de vez as ameaças de intrusão por missões militares ou auxílio militar advindos de potências extracontinentais.

O delegado brasileiro na OEA chegou a receber um telefonema do representante guianense, Insanally, que afirmou de fontes seguras que a “Venezuela estaria movimentando tropas para a zona fronteira com a Guiana para um próximo ataque armado”. O diplomata brasileiro ponderou que, apesar de grave a situa o, mantinha-se a “impressão de que os guianenses estão se deixando dominar por uma certa histeria”.⁶

Já a Venezuela procurou distender suas rela es com alguns países, examinando, por exemplo, o reatamento das rela es com a Argentina, a fim de se evitar uma aproxima o do vizinho do sul com a Guiana. A Casa Amarela, sede do governo venezuelano, considerou que, apesar de haver aplicado a doutrina Betancourt ao regime Ongania, contaria sempre com a simpatia argentina em sua disputa territorial com a Guiana em virtude de ter aquele país problema similar em rela o às ilhas Malvinas.⁷

4 FRANCO,  lvaro da Costa (org). Documentos da Política Externa Independente. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008. p. 158.

5 Idem. p. 179; 204.

6 Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Caracas, despacho, telegrama secreto, n 455, 24-9-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço  nico, Brasil-Venezuela, ano 1968.

7 Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Buenos Aires, despacho, telegrama confidencial, n 723, 16-10-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

Os anos 1960 e a revolta do Rupununi

Rashleigh Jackson, ex-ministro de Relações Exteriores da Guiana, disse que a antiga expressão de que “é melhor um vizinho de que um amigo distante” não é das mais corretas, pois o amigo se pode escolher, o vizinho não. Neste caso, as reclamações da Venezuela por dois terços do território guianense não a torna o tipo de vizinho que se queira por perto. Em razão disso, observa ele, as relações com a Venezuela sempre ocuparam espaço proeminente na agenda externa da Guiana.

Na década de 1960, a Venezuela ressuscitou a reclamação por Essequibo e reivindicou dois terços do território da Guiana. Mas não é só. Os métodos empregados por Caracas foram agressivos, desde ofensiva militar com a ocupação da ilha de Ankoko, em 1966, subversão na tentativa do vice-consul da Venezuela, Leopoldo Talyhardat, de atrair apoio indígena para a pretensão venezuelana por Essequibo, até pressão econômica, com o veto à construção da hidrelétrica de Alto Mazaruni.

Gibson Barbosa, ministro brasileiro de Relações Exteriores de 1969 a 1974, em suas memórias⁸, fala de uma proposta venezuelana ao Brasil para que reabrisse a questão do Pirara, e que, em troca, receberia parte do território de Essequibo. Brasília teria se recusado a tratar do assunto em nome da paz no continente e da estabilidade regional.

Contudo, Caracas não desistiu, como demonstra a Revolta do Rupununi ocorrida em 1969, no sul da Guiana, considerada por Georgetown a maior ameaça venezuelana contra sua soberania. A Venezuela teria apoiado um movimento armado de fazendeiros, acompanhados por um grupo de indígenas, dispostos a criar um novo país na região, o que daria oportunidade à Venezuela de recuperar a *Zona en Reclamación*. O governo de Forbes Burnham reagiu energicamente para sufocar o movimento e enviou a *Guyana Defense Force* para a região, forçando a retirada dos revoltosos para a Venezuela e Brasil, na condição de exilados, e capturando alguns deles (SILVA, 2005).

A participação brasileira, no episódio permanece pouco estudada historicamente carecia de esclarecimentos. Segundo o Boletim Interno n.º 18, do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), de 27 de janeiro de 1969, o tenente coronel Jorge Teixeira de Oliveira teria se deslocado em 5 de Janeiro de 1969, para a região de fronteira do Brasil com a Guiana com destacamento militar brasileiro em razão da revolução interna que ocorreu na região do Rupununi.

8 Barboza, Mário Gibson. Na Diplomacia, o traço todo da vida. Rio de Janeiro: Record, 1992.

Coincidentemente, militares venezuelanos, em 1969, foram localizados e presos em território brasileiro, no local chamado Boqueirão da Lua, dando apoio aos revoltosos de Rupununi. Duas toneladas de armas foram apreendidas pelo Exército brasileiro, em pleno lavrado de Roraima. Vários venezuelanos foram presos e trazidos para Manaus, onde ficaram presos no 8.º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) e depois liberados. Como a região de fronteira entre a Venezuela e a Guiana, ao norte do Estado de Roraima é muito ‘dobrada’ (expressão para dizer que a geografia é montanhosa), para fazer tal manobra, as tropas venezuelanas levariam mais tempo e teriam limitações de meios para serem empregados na ação (DONETTO JUNIOR, op. cit., p. 44.)

Como resultado da revolta do Rupununi, cresceu o interesse dos governos militares brasileiros pela fronteira norte, o que levaria a criação de destacamentos militares que vieram a ser permanentes em Bonfim e em Normandia, logo transformados em pelotões de fronteira, assim como projetos de interligação viária, como a BR 401, que liga Boa Vista a Normandia. Ademais, estimularam-se assentamentos e povoados a partir de migrações espontâneas, como os de Vila São Francisco, Vilena, Taboca, Surrão, Nova Esperança, entre outros, localizados na área do Município de Bonfim, e a consolidação de vilas como as sedes dos municípios de Normandia e Bonfim.

Afora a tênue repressão à mencionada revolta pela *Guyana Defence Force*, o máximo que Georgetown conseguiu foi uma política de respeito às fronteiras e a seus tratados demarcatórios, especialmente diante da situação de pequeno Estado, recém-independente. Desde então, o objetivo da política externa da Guiana, diante da pressão venezuelana, tem sido administrar a controvérsia e evitar tensão. Simultaneamente, incrementa a cooperação econômica e governamental com Caracas, na esperança de que o desenvolvimento dessa rede de relações entre os dois Estados facilite a solução do problema.

Aproximações e desconfianças nos anos 1970

O chefe da Divisão de Amazônia do Itamaraty, Luiz Orlando Gelio, enxergou na ratificação do Protocolo de *Port of Spain* o caminho para se encerrar o período de tensão e disputas venezuelano-guianense. Ademais, criaria condições para que o Brasil ativasse “sem maiores reservas” programas de cooperação com a Guiana, concomitante com a intensificação de relações com a Venezuela.

Logo, a tática do Itamaraty na fronteira norte da América do Sul era a de equilibrar as relações entre Brasília, Caracas e Georgetown, para que não se gerasse a percepção de que o Brasil estaria favorecendo um dos dois vizinhos.

Essa postura, até então não anunciada, significava aproximar-se com a maior cautela possível do vizinho anglófilo, para aproveitar oportunidades, por exemplo, na cooperação técnica na formação de militares especializados no combate às guerrilhas.

Em uma cativante batalha midiática, o matutino venezuelano *El Universal* denunciou a cooperação entre o Brasil e a Guiana, como sendo feita “às custas dos direitos” da Venezuela, especialmente pelo projeto de construção de uma rodovia que atravessaria parte do território reclamado pela Venezuela.

Pelo Protocolo de Georgetown, o Brasil concederia uma linha de crédito básica de três milhões de dólares para a Guiana adquirir produtos brasileiros. Ademais, planejava-se a instalação em Georgetown de um entreposto franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil; além da criação de uma linha regular de navegação com participação de empresas brasileiras como o Loyd; da participação de engenheiros guianenses na inspeção da transamazônica, para familiarizar-se com as novas técnicas de construção que estavam sendo empregadas; e da participação de engenheiros brasileiros na construção da estrada ligando Georgetown a Lethem na fronteira.

Para o Brasil seria interessante, pois ganharia através do território guianense uma vantagem sobre as Antilhas, ampliando e dinamizando a Zona Franca de Manaus em importação e exportação.

Na trincheira brasileira, o Jornal do Brasil rebateu o jornal venezuelano ao noticiar que “suspeitas de um inexistente expansionismo têm sido levantadas ultimamente contra o Brasil [e] longe de ser um pomo de discórdia, o Brasil pode orgulhar-se de uma tradição de bom entendimento com seus vizinhos”.

Mesmo diante das “imperfeições da bipolaridade”, a ordem internacional da Guerra Fria continuou marcando o compasso das políticas exteriores de Brasil e Venezuela.

Vale recordar que Forbes Burnham e seu partido, o Congresso Nacional do Povo (CNP), conduziram a Guiana à independência política em 26 de maio de 1966 e que em 1970 foi implantado um modelo de socialismo cooperativista no país. Burnham desenvolveu um sentimento de amizade por Fidel Castro e definiu como estratégia de inserção internacional a aproximação com Havana e Moscou. A insegurança cresceu no lado brasileiro, que reagiu preventivamente instalando o 6.º Ba-

talhão de Engenharia e Construção em Boa Vista e transferindo o Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus.

Portanto, continuavam fazendo sentido os receios propagados na mídia e nas chancelarias da região sobre a aproximação entre Georgetown e Moscou, mascarada em programas de cooperação, como o de compra de bauxita e alumina pelos soviéticos. O objetivo guianense era “ter com a URSS relações mais próximas e maiores”, admitiu o primeiro-ministro da Guiana Forbes Burnham.

Ao mesmo tempo, a imprensa de Georgetown empreendeu violenta campanha contra a aproximação com o Brasil, por conta da provável satelitização da Guiana ao imperialismo brasileiro. Nesse momento, estava em andamento a 1.^a Reunião da Comista Brasil-Guiana, o que colocou em evidência o estreitamento das relações entre Georgetown e Brasília. O principal objetivo guianense era conseguir do Brasil a promessa de construção da ponte sobre o rio Tacutu, o que de fato aconteceu, ficando decidida a localização bem como o cronograma tentativo das obras.

Não obstante, o latente litígio fronteiriço com a Venezuela se constituía na maior preocupação da política externa guianense e freava a desejada colaboração brasileira. Por exemplo, na reunião de técnicos rodoviários brasileiros e guianenses em Boa Vista, a delegação guianense absorveu instruções específicas de evitar a aprovação de qualquer programa de cooperação cujas dimensões pudessem vir a comprometer a acalentada imagem de “não-alinhado”.

Não era interessante para o Gabinete de Fobers Burhnam utilizar as relações com o Brasil como um cavalo de batalha interna. Ao contrário, ganhava-se mais em manter o silêncio e tacitamente abraçar as boas relações com Brasília; por um lado, para não ferir o Brasil com as provocações da mídia e, por outro, para evitar problemas com os amigos “não-alinhados”; dentre eles alguns países africanos mais exaltados contra a postura colonialista de Portugal.

O caso da Hidrelétrica do Alto Mazaruni

Carlos Andres Perez, primeiro presidente venezuelano a visitar a Guiana, desembarcou, como lembra Argemiro Procópio, “com cesto de propostas desprezadas por Georgetown. Perez proclamou que abandonaria desideratos históricos, abriria mão do leste de Essequibo em troca de uma faixa ao longo da costa, logo acima do rio Cuyuni. Prometeu em troca construir uma hidrelétrica no Alto Mazaruni, afluente do Essequibo. Nenhuma oferta a Guiana aceitou.” Ainda assim, a visita se deu em espírito de cordialidade (PROCÓPIO, 2009, p. 327).

Também em tom de amizade, Burnham retribuiu a visita, no início de 1981. No dia seguinte à sua partida, ante as respostas negativas dadas aos venezuelanos, Caracas reiterou sua reivindicação sobre Essequibo e rejeitou terminantemente a construção de hidrelétrica em Alto Mazaruni. Georgetown elevou a voz, Burnham disse que se o tratado demarcatório de fronteira era inválido, a Guiana reivindicaria as regiões de Amakura e Barima, estendendo seu território até a boca do Orinoco e ao rio Cuyuni. Essa interpretação pegou os venezuelanos de surpresa. Rotulada de arrogante, provocou um sentimento antiguiana, existente na sociedade venezuelana da época.

A comunidade internacional, ciente dos perigos que a Guiana enfrentava, preferiu silenciar para não contrariar os petrodólares de Caracas. Georgetown estava isolada. Até na OEA a Venezuela criou óbices ao seu ingresso e lhe negava acesso aos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A diplomacia guianense conseguiu remover esses obstáculos, mas outros se apresentaram. O ministro venezuelano das Relações Exteriores enviou carta ao Banco Mundial expressando a oposição da Venezuela ao financiamento da hidrelétrica em Alto Mazaruni, pois o projeto se encontrava em área de litígio, sobre os danos ambientais nada disse.

O Reino Unido, embora apoiasse a Guiana, viu-se tentado pelo crescente mercado venezuelano do petróleo. A ambivalência britânica durou pouco. Em 1982, a Argentina invadiu as Malvinas. A Venezuela apoiou a nação platina e a Guiana, o Reino Unido. Em Caracas, inicialmente a reconquista das Malvinas despertou sentimento de nacionalismo que clamava pela recuperação de Essequibo. Neste caso, são fortes os indícios de que a diplomacia de pragmatismo circunstancial da Guiana, ora acoplada a uma potência, ora a outra, fora sistematicamente acionada para defender sua integridade territorial.

Impactos do fim da Guerra Fria

Em janeiro de 1982, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, visitou Georgetown e assinou vários tratados, destaque para aquele que previa a construção da ponte sobre o Rio Tacutu, inaugurada definitivamente em setembro de 2009. As relações seguiriam pela trajetória da redução das distâncias com o convite do presidente Figueiredo para que o presidente Burnham visitasse Brasília, o que ocorreu entre setembro e outubro de 1982.

Após uma breve descontinuidade, os contatos foram retomados em 1988, quando o ministro brasileiro das Relações Exteriores Roberto de Abreu visitou Georgetown e, quatro meses depois, o então presidente José Sarney esteve na Guiana, no

que seria a primeira missão oficial de um presidente brasileiro ao vizinho. Sarney enalteceu a etnia, a natureza amazônica e o ideal de democracia, recebendo, no ano seguinte, o presidente Hugh Desmond Hoyte (1986-1991) que retribuiu a visita.

Diante da investida brasileira no Cone Sul da América do Sul, onde fazia avançar diálogos profundos na cooperação nuclear e para o estabelecimento de um bloco comercial, as relações com os países da fronteira norte adquiriram menor relevância estratégica, eclipsando a atuação do Itamaraty, que parecia manter apenas relações protocolares com o vizinho na década de 1990.

Pode-se dizer que a Guiana não era encarada como um “nicho de oportunidade”, logo, não seria prioridade na estratégia diplomática brasileira durante os anos 1990. Da mesma forma, após a ascensão de Cheddi Jagan ao poder (1992-1997) a *State House* respondeu com uma política de seletividade e baixa intensidade. Com a morte de Jagan em 1997, sua esposa Janet elegeu-se presidente, mas renunciou dois anos depois por problemas de saúde, abrindo caminho para a eleição de Bharrat Jagdeo que retomou a aproximação com o Brasil na tentativa de cumprir com o destino continental, tantas vezes adiado.

Considerações Finais

A Guerra Fria caracterizou-se como fonte de oportunidade e de perigo. Se, por um lado, o conflito incentivava as grandes potências a prestarem atenção a regiões periféricas e aos pequenos Estados, colocando em marcha fluxo substancial de recompensas pelo alinhamento; por outro lado, sempre houve o perigo de que interferissem nos assuntos internos e desestabilizassem esses países, em especial a Guiana, ante a reivindicação da Venezuela por dois terços de seu território (questão de Essequibo).

Georgetown, sensível aos perigos da *détente*, manteve equilibrada suas relações com as superpotências. Daí a razão para a aproximação com a China e da eleição de um descendente de chineses, Arthur Chung, como seu primeiro Chefe de Estado. O maior triunfo dessa época – a negociação para a independência – resultou de intervenção diplomática de Washington para afastar a ameaça do comunismo representada pelo PPP, partido pró-Moscou. As oportunidades do sistema bipolar, manifestados na Guerra Fria, viabilizaram que Forbes Burnham assumisse o poder. Permitiu que a Guiana recebesse ajuda econômica de ambos os grupos, sem necessariamente ficar dependente de nenhum deles.

A pesquisa adentrou pela história das relações bilaterais entre Brasil e Guiana, investigando seu dinamismo político e diplomático, em um contexto de Guerra

Fria; no qual Georgetown confiava em uma diplomacia pendular entre Washington e Moscou. E Brasília exercitava uma postura independentista e pragmática em suas relações com as grandes potências e com os países da região.

Se por um lado a postura cooperativa do Brasil facilitou o tratamento de questões sensíveis à paz e estabilidade regional; da mesma maneira, o compasso binário da política externa da Guiana abriu espaço no cenário internacional e marcou sua presença no Conselho de Segurança da ONU. Atualmente, as relações entre Georgetown e Caracas oscilam entre tensão e cooperação. A Venezuela continua com seus esforços para impedir os investimentos externos em Essequibo, e Brasília permanece como interlocutora para a solução pacífica do conflito.

Referências Bibliográficas

- BARBOZA, Mário Gibson. *Na Diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BERNARD, Cecily Philippa (1993). *A República da Guiana e o mundo: Fundamentos para uma inserção guianense no contexto internacional*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1993.
- BURNHAM, Linden Sampson Forbes (1970). *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970.
- CARDOSO, Rodrigo Bertoglio (2010). *Cooperação internacional e segurança na fronteira norte: Brasil, Venezuela e Guiana (2003-2008)*. Rio Grande do Sul: Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2010.
- DONETTO JUNIOR, Jorge. *Dissuasão Convencional na América do Sul: O Caso da Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF), 2010
- FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008.
- GALVAO, Thiago Gehre. *Uma história de parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)*. Belo Horizonte: FinoTraço, 2012.
- HOYTE, Desmond (1997). *Guyana's Economic Recovery: Leadership, Will-Power and Vision*. Selected Speeches of Hugh Desmond Hoyte. Georgetown: Free Press, 1997.
- JACKSON, Rashleigh (2003). *Guyana's Diplomacy*. Georgetown, Guyana: Free press, 2003.
- JAGAN, Cheddi (1972) *The West on Trial*. The Fight for Guyana's Freedom. Berlin: Seven Seas Publisher, 1972.
- LINHARES, Erick Cavalcanti (2011). *Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana*. Tese Doutorado. UnB, Brasília 2011.
- PROCÓPIO, Argemiro (1992). *Amazônia: ecologia e degradação social*. São Paulo: Alfa-ômega, 1992.
- _____(2011). *Subdesenvolvimento sustentável*. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- RABE, Stephen G (2005). *U.S. Intervention in British Guiana: a cold war story*. University of North Carolina Press, 2005.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta de Rupununi: uma etnografia possível*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2005.

TURNO A., Sadio Garavini di (1988). *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1988.